

RELATÓRIO DA ETAPA SERGIPANA PREPARATÓRIA PARA O III ENE

Estado:
Sergipe

Local e data:
**Auditório da Didática
VII - Universidade
Federal de Sergipe
(São Cristóvão-SE),
27/03/2019**

Número e perfil de participantes:

Cerca de 100
pessoas entre
professores,
estudantes de
graduação e pós-
graduação,
movimentos sociais
e entidades
sindicais.

Entidades Participantes:

ADUFS-SS, SINTESE,
SINASEFE, MTST, MUP,
NEABI/UFS, CONAQ,
OAB, DALIGEO, UJC,
AFRONTA, SINTUFS;
entre outras.

O Pré-ENE Sergipe teve início com o Credenciamento e Acolhimento dos participantes às 8h00 do dia 27 de março de 2019. Em seguida, na Mesa de Abertura, houve a saudação aos participantes pelo professor Saulo Henrique S. Silva (Vice-presidente da ADUFS e membro do GTPE) e na sequência foi realizada a apresentação do evento pela professora Prof^a. Shiziele Shimada (ADUFS/GTPE), a qual desfez a Mesa de Abertura e convocou a Prof^a Silvana Bretas para conduzir os trabalhos da Mesa I.

Mesa I: 08h30min às 10h30min

Debate de Conjuntura: Educação, Mundo do Trabalho e Democracia

Prof^a. Raquel Dias Araújo: (UECE/ANDES)

Prof^a. Sofia Pádua Manzano (UESB)

Moderação: Prof^a. Silvana Bretas (ADUFS/GTPE)

Relatoria: Prof. Marcos Pedroso (ADUFS/GTPE)

I) Aspectos Principais do Debate:

Professora Raquel Dias– Discorreu sobre os ataques da direita e da extrema direita ao movimento docente. Demonstrando a gravidade a que estamos submetidos nesta conjuntura. E contra esses ataques é preciso construir a mais ampla unidade para derrotar estas forças que estão atuando no País. É necessário unidade e ação em defesa da educação pública, de qualidade, laica e gratuita.

Ressaltou o Percurso do fechamento político no Brasil atual, destacando que vivemos com a possibilidade de um governo fascista ou fascizante, onde a democracia corre grande perigo. Coisas que denotam esse fato são as notificações aos movimentos sociais, democracia em perigo, combinando vários modelos, do fascismo ao fechamento do modelo sem rompimentos bruscos. Lucro ideológico como o anticomunismo. Ataque à esquerda e aos movimentos de esquerda, etc. Valoração do projeto escola sem partido. Existência de uma tropa de choque constituída ou milícias como se percebe no caso de Marielle Franco.

Nesse cenário, a professora destacou que é preciso se preocupar com o caminho que está se apresentando e as medias que estão sendo tomadas como a reforma da previdência, a mais agressiva de todas, o congelamento dos gastos primários por vinte anos e a desvinculação dos orçamentos da União. Entre outros elementos que sofrerão retrocesso nos diretos conquistados até aqui.

Professora Sofia Manzano– A partir da análise da conjuntura atual, a professora afirmou, é possível desnudar muitos elementos que envolvem diretamente os rumos da educação brasileira. Sobretudo, o tripé que relaciona: educação, mundo do trabalho e democracia.

O que fazer? As estruturas produtivas vão permitir que o ataque à educação ocorra? Sofia afirma que sim, haja vista que o mercado deve servir ao capital, por que a relação entre mercado de trabalho e educação? A educação é uma forma dos seres humano se apropriarem do conhecimento produzido pela humanidade, mas deve servir à humanidade, aos trabalhadores. Porém, a educação no neoliberalismo é posta como treinamento a serviço do capital. A educação torna-se uma mercadoria.

Essa constatação conduz à insolúvel relação entre educação e democracia. Isto porque a educação não é a solução para tudo, mas ajuda nas escolhas, é formação para a vida democrática.

Então, o que fazer? Resistir, para não ser esmagado! Para isso, precisamos avançar em proposta para poder alicerçar a resistência na multidão. Portanto, é preciso se organizar, sentar com as pessoas, explicar porque elas têm que ir às ruas. É preciso promover

formas alternativas de avançar na luta. Como ocupar a fábrica, e tomar a administração da produção. Pensar formas de resistência e de avançar em propostas revolucionárias.

II) Propostas surgidas com o Debate da Mesa I:

- a) É preciso proteger e cuidar do professor;
- b) Formar uma frente de técnicos, professores e alunos em defesa da Universidade Pública;
- c) O eixo mobilizador seria a Contrarreforma da previdência e a destruição que a mesma ocasionaria para a educação.

Ao final da Mesa I, a Prof^a. Silva Bretas encerrou os trabalhos e convidou o Prof. Romero Venâncio para iniciar a Mesa II.

Mesa II: 10h30min às 12h30min

Painel: Experiências de Educação Popular e de Gênero em Sergipe:

Elis Regina dos Santos (MTST)

Fillipe Matheus Elizeu Marques (MUP)

Edinéia Tavares Lopes (NEABI/UFS)

Wellington Movimento Quilombola (CONAQ)

Silvania Correria de Moura (Quilombo Lagoa de Campinhos)

Mônica Porto (OAB-Comissão dos Direitos LGBTQI+)

Moderação: Prof. Romero Junior Venâncio Silva (ADUFS/GTPE)

Relatoria: Prof^a. Rosana de Oliveira Santos Batista (ADUFS/GTPE)

I) Aspectos Principais do Debate

Elis (MTST)-Narrou a experiência de educação popular desenvolvida pelo MTST no Bairro Japãozinho, zona norte de Aracaju, com a ocupação Beatriz Nascimento.

Fillipe Eliseu (MUP)– Pontuou o projeto de educação popular em busca da autonomia e organização da classe trabalhadora, na especificidade do movimento estudantil. A promoção de eventos como o Pré-ENE é importante porque permite pautar temas e promover discussões com os movimentos educacionais e os modelos de resistências nessa sociedade democrática em crise.

São citados modelos de projetos de educação popular com pescadores e pescadoras na Escola das Águas, Cursos do MTST, Programa de educação Ambiental com Comunidades Costeiras em defesa dos territórios de vida dos povos das águas. Finaliza a fala alertando para as disputas da UNE nas Universidades pela Direita, sobretudo, com o MBL. Por isso, é preciso refletir sobre a possibilidade da direita estar à frente de movimentos estudantis na atual conjuntura.

Wellington (Quilombola/SE DE Porto D'Areia em Estância/SE)- Trouxe a reflexão sobre a relação entre a educação Popular e a Formal, pautando o princípio do reconhecimento na formação social. Discorreu sobre a proposta de Educação Escolar Quilombola junto ao Núcleo da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe para atender 51 comunidades quilombolas e outras em processo de reconhecimento. Assim, as escolas quilombolas devem existir junto ao cadastro do MEC. Relatou ainda sobre a estrutura das escolas quilombolas que atuam com precariedade.

Wellington defende a necessidade de levar para as comunidades as parteiras para um diálogo na escola para que os alunos conheçam seus modos de vida. Informa que em Sergipe o Ministério Público Federal vem atuando no âmbito escolar para pensar, pelos direitos constitucionais, a educação escolar quilombola observando que os próprios quilombolas, ao estudarem em ensino superior formal, não possuem em seus currículos educação quilombola. O grande desafio é a falta do auto-reconhecimento, de ter a posse territorial e, somente depois, tomar consciência dos problemas sociais.

Silvania (Quilombo Lagoa de Campinhos)- A fala da professora Silvania remanescente quilombola da cidade de Canhoba-SE nos trouxe a narrativa sobre a educação quilombola da qual faz parte. A luta dos quilombolas pelas condições de acesso e permanência nos espaços de formação. Pensar em educação quilombola é entender a relação homem-natureza-educação, seus dilemas e desafios na perda de referência de luta da comunidade; por isso, os Movimentos Sociais devem se organizar para compreender o movimento diverso dos territórios quilombolas.

A terra adquirida não é valorizada pelos filhos e filhas dos quilombolas, que acabam tendo seus filhos migrando para a capital e buscando outras formas de vida. Assim, as diretrizes curriculares elencam a necessidade de um currículo próprio, mediante cada comunidade.

Os quilombolas precisam de unidade para articular e resistir às investidas de um governo que vem promovendo o desmonte dos avanços de políticas desde 2012. Assim, a Comunidade de Campinhos possui fardamento diferenciado demonstrando sua cultura. Os professores e o diretor devem ser quilombolas que atuam com projetos na Secretaria de Educação para possibilitar debater com os alunos temas de identidades culturais. A jornada pedagógica da rede municipal de ensino discutiu a lei 10 639, enfatizou a luta e as denúncias feitas no MPF para fazer valer os direitos quilombolas, como à formação continuada, professores de capoeira, financiamento para atuar na terra e, principalmente, o combate ao racismo.

Mônica Porto (OAB-Comissão LGBTQI+)- Refletiu Sobre os marcos legais da educação com a comunidade LGBTQI+. A fala inicia pela disposição do uso de fardas. Numa sociedade patriarcal apenas são condicionados dois gêneros, o feminino e o masculino. Mônica nos trouxe relato de escola Situada no município de Barra dos Coqueiros-SE onde estudantes *transgênero* não podem usar maquiagem e/ou usar banheiros adequado à sua realidade de gênero, o mesmo tendo que se adequar à farda pelo sexo e não pelo gênero. Mônica defendeu a necessidade de se trabalhar o ser humano em sua integralidade.

Edinéia Tavares (NEABI/UFS)- Discorreu sobre as ações do NEABI/UFS que buscam discutir as políticas antirracistas na conjuntura do governo atual. O movimento negro tem percebido a necessidade de tornar público as dificuldades para focar o compromisso da temática da inclusão étnico-racial, relacionando a escola e a universidade. Na formação inicial, os alunos saem do nível superior sem conhecer as especificidades da educação escolar indígena e quilombola. Como problematizar esses tipos de educação com direitos e questões específicas? Poder-se-ia iniciar pelo fato da Universidade Federal de Sergipe até hoje não ofertar a licenciatura intercultural sobre as políticas afirmativas o PAFs/UFS. Existe uma dificuldade de reflexão sobre as cotas nas pós-graduações, que é uma demanda do NEABI; como pensar as entradas na Universidade?

Nos últimos dois anos o NEABI tem se fortalecido junto aos movimentos e à sociedade em geral. Em setembro de 2017 várias entidades de negros e indígenas tiveram presentes numa audiência com a reitoria da Universidade Federal de Sergipe em busca desse fortalecimento.

As ações do NEABI têm produzido trabalhos com Roberto Lacerda/Campus Lagarto, Professora Alexandra/ São Cristóvão, Maria Batista/São Cristóvão, Romero Venâncio/ São Cristóvão, Teresa/ São Cristóvão com a preocupação de reconstrução de ações para dar conta de questões sociais.

II) Propostas surgidas com o Debate da Mesa II:

- a) O ENE deve brigar para que as escolas quilombolas estejam dentro do cadastro do MEC;
- b) A proposta para entender quais são os alunos quilombolas que estão no ensino superior na Universidade Federal de Sergipe e em outras universidades brasileiras para discutir os desafios de ser quilombola e pensar a Educação como política pública e libertação para Educação Popular e/ou formal;
- c) Aprofundar a discussão para a criação de disciplinas e licenciaturas que tratem da educação intercultural;
- d) O ENE deve defender a garantia dos recursos para as Escolas Famílias Agrícolas do Brasil.

Ao final da Mesa II, o Prof. Romero Venâncio encerrou os trabalhos da manhã e convidou os participantes para a primeira Mesa (III) da tarde, conduzida pelo Prof. Saulo Silva.

Mesa III: 13h30min às 15h30min

Debate: Os Ataques à Educação Pública e a Reafirmação do Projeto Classista:

BNCC e o Ensino Profissionalizante: os rumos dos cursos integrados com a reforma educacional

Prof^a. Tânia Regina Barbosa de Sousa (SINASEFE)

Financiamento da Educação

Prof. Joel Almeida (SINTESE)

Trabalho na Educação, Condições de Trabalho e Organização da Classe

Prof^a. Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (ANDES)

Moderação: Prof. Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS/GTPE)

Relatoria: Prof^a. Silvana Bretas (ADUFS/GTPE)

I) Aspectos Principais do Debate

Professor Joel (SINTESE)- Discorreu sobre o Financiamento da Educação Básica no contexto de aprofundamento do golpe de 2016 até hoje. Assim, o PNE – meta 20 – trata do Financiamento da educação e prediz a ampliação do investimento público em 10% do PIB. O maior investimento foi em 2013 quando chegou em 13%, depois houve um crescente rebaixamento.

Estratégia – PNE: garantir fontes de investimento permanentes. Os estados e municípios devem fazer esforços para garantir e aumentar os percentuais da educação. A Exploração de petróleo e gás natural possibilitaria esse investimento, garantido chegar aos 10% do PIB. Porém, o que houve foi a venda das reservas e a ausência de investimento para exploração do Pré-sal.

Em Sergipe, as grandes reservas dariam recursos suficientes para resolver o problema da previdência. Porém, o Governo Federal trabalha com a ideia da privatização.

Vigência de 2014 a 2024 – Custo Aluno Qualidade – CAQi – para cada aluno matriculado, os estados e municípios recebem um valor por ano conforme o nível de ensino. Levam-se em conta diversos fatores para se estabelecer o CAQi.

O CAQ seria uma evolução para que o Brasil chegasse aos patamares de países desenvolvidos. Partia do princípio que haveria recursos suficientes do Pré-sal para chegar a esse nível de qualidade.

A União definiria o valor do custo aluno segundo uma qualidade básica. Do PNE-2014, A Previsão de responsabilidade educacional para garantir a qualidade em 2014 até agora não foi criada.

Após o golpe, nada avançou, ao contrário. Veio a EC nº95/2016 do teto com os gastos sociais. O Governo Temer começa a privatizar o Pré-sal, inclusive no Estado de Sergipe. O Governo Bolsonaro radicaliza a privatização geral e irrestrita. Agenda de ataques às organizações sindicais como ocorre com o decreto proibindo o desconto consignado em folha de pagamento. Dá dinheiro aos bancos, dificuldades de recebimento, endividamento dos sujeitos sindicalizados, a ideia é sucumbir os sindicatos.

Revogação do Parecer 08/2010/CNE – para estabelecer os padrões mínimo de qualidade de educação e que fornece elementos para desenvolver o CAQi e o CAQ. Temer revogou a portaria de Dilma. Bozo quer revogar o Parecer 08/2010/CNE o qual em 26 de março de 2019 foi revogado por unanimidade no Conselho Nacional de Educação para impedir qualquer debate de melhoria da educação.

Além disso, o Ministro da Economia pretende colocar em prática a desvinculação da receita da educação. Paulo Guedes começou a conversa com os governadores para acabar com a vinculação.

Nesse cenário, temos constatado um declínio dos recursos para a educação. Quase todos os governadores querem isso. Esperam que a União mantenha seu recurso de 18%, com a prerrogativa de gastar menos com a educação.

Outro tema abordado por Joel Almeida foi o Fundeb, criado para vigorar até 31 de dezembro de 2020, 20% dos recursos que os estados arrecadam tem como destino o Fundeb. Se aprovar a desvinculação será o fim do Fundeb. Corre-se o risco de 80% das redes municipais acabarem. O Fundef e Fundeb chegaram a um patamar de importante investimento em educação. A grande maioria dos municípios não tem arrecadação suficiente para manter as suas escolas. Podemos dizer que a educação pública poderá acabar.

Ao final, Joel enfatizou que o que está posto pelo projeto de privatização de Bolsonaro é a miséria! Esse governo, sabe o que quer, sabe o que faz e não se importa com as consequências. É momento de profunda reflexão e de ação organizada. Sobretudo, no governo de Bolsonaro a mulher é o alvo. A previdência ataca as mulheres, a posse de arma é para matar as mulheres e os filhos! Acabar com a educação, mercado de trabalho da área social, onde milhares de mulheres estão presentes.

Profª. Tânia Regina Barbosa de Santos (SINASEFE)- Tânia fez fala sobre a nova BNCC e o Ensino Profissionalizante, enfatizando a realidade dos Institutos Federais e discutindo sobre essa modalidade de educação para os filhos da classe trabalhadora. Sendo um modelo de ensino integrado e envolvido com ensino e experiências profissionais, eis as questões, como formar um sujeito em sua humanidade? Essa era a preocupação?

A BNCC permitirá, com a própria EAD, a disparidade entre escolas públicas e a rede privada. Por isso, o Ensino Integrado, o mais procurado pelos estudantes, maior média do SISU deve ser expulso dos IFES, será então atacado por permitir o acesso da classe trabalhadora ao ensino de qualidade!

A não retirada do Ensino Integrado dos IFES é uma luta do sindicato, SINASEFE, porque sabemos dos riscos eminentes de fechamento dos institutos no interior. A BNCC é um golpe porque quem não tiver condições de pagar o ensino privado, será o ensino a

distância a única possibilidade. Termina aqui a linha para quem quer estudar, mas não tem recursos próprios.

BNCC traz os moldes da educação da década de 40! Nossa luta dentro do IFS (Instituto Federal de Sergipe) está em manter as atuais condições realizadas de educação. Desconstrução do projeto pedagógico de decadência do ensino integrado, estudantes formados especificamente para o mercado. Sergipe tem 10 *campi*, com a BNCC e o reordenamento do financiamento da educação implica fechar boa parte dos *campi* de Sergipe. Hoje o aluno pode fazer o EM, EP, Graduação e até o mestrado. A tentativa está na volta do modelo de escola de aprendizes de artífice! Em pleno século XXI, fadado para o atraso!

Outra consequência será a exclusão das Ciências Humanas do processo de formação dos jovens! É preciso, portanto, chamar para o debate e ganhar a defesa dos IFES!

Prof^a. Sonia Meire (ANDES)- Propôs discutir 3 temas, a saber, trabalho, educação e condições de trabalho na educação e organização da classe. Para Sônia, nossas condições de trabalho na educação indicam a volta à situação de que os prefeitos e os governadores paguem o que eles quiserem para os professores.

A situação é de fechamento de escolas, privatização do ensino com o apoio do judiciário. Conseguimos a universalização dos anos iniciais da EF e não os anos finais. O Pacto nacional com a Constituição Federal de 1988 constituiu direitos, ainda que formais, que estão sendo rompidos agora. Tais medidas constituem completo ataque à democracia e à vida.

Nossa democracia é frágil porque chegou pelas mãos da burguesia. E agora temos um governo de ultra-direita, proto-facista, que atenta contra as liberdades democráticas e visa estabelecer uma justiça seletiva. Por isso, O MEC é pautado por 3 seguimentos: militares, olavistas e evangélicos. O pacto foi rompido para atender outro pacto: aquele do capital internacional.

Em Aracaju, já temos fechamento de escolas e apenas 4 creches abriram vagas. A desvinculação orçamentária e o fim da previdência será o fim dos municípios. Haverá processo de desinvestimentos, como em Sergipe que a Fafen está fechada!

Mas a nossa classe não está derrotada! Temos condição de agir e derrotar este projeto que está posto. Lembrem-se do movimento Ele, não!/? Este ano, no 8 de março, tivemos atos representativos em todas as capitais nacionais contra a privatização da previdência, o feminicídio, contra a posse de arma! A Classe trabalhadora precisa, porém, se

organizar em vista da grande unidade porque as nossas vidas estão em risco, e gravidade sem precedência!

É preciso ir às ruas, conversar com a população, conversar inclusive com as pessoas que votaram no atual presidente, usando uma só linguagem. É preciso também aprofundar as estratégias nos sindicatos para fazer as cobranças, fazer o dever de casa, conversar com os aposentados. A reorganização da classe é fundamental! Vai precisar dos movimentos sociais, partidos, sindicatos, reunir toda a população.

Finalizando, para este semestre, não vamos revogar e combater todas as medidas só na institucionalidade. Temos que ir para as ruas! Levar a multidão para as ruas. Trabalhar em todos os locais, bairros, associações para construir a greve geral! A luta não prescinde de ninguém! Temos que ter gente porque o governo paga para nos dizer que existe um rombo na previdência! Usar as redes sociais, todos aqui precisam ser multiplicadores da mobilização porque um governo fascista só se instala se tiver escola e mídia que façam lavagem cerebral na população. E a escola é o único aparelho social que está na periferia. O ENE se insere nesse espaço de encontro com diferentes pessoas, diferentes espaços para fortalecer a luta!

II) Propostas surgidas com o Debate da Mesa III

a) Trabalhar em todos os locais, bairros, associações para construir a Greve Geral.

Ao final da Mesa III, o Prof. Saulo encerrou as atividades e abriu a Plenária Final.

Plenária Final: 16h00

Moderação: Prof. Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS/GTPE)

Relatoria: Prof^a. Shiziele Shimada (ADUFS/GTPE)

O Prof. Saulo iniciou a Plenária Final agradecendo a participação das entidades, discorreu sobre a organização do ENE nacional e convidou as organizações presentes para participar do Encontro Nacional de Educação em Brasília.

Em seguida, tivemos a fala das entidades abaixo:

a) Antônio representando o MTST indicou o interesse de enviar Elis Regina, porém o MTST não possui condições financeiras para tanto.

b) Fillipe do MUP afirmou o interesse da organização em estar presente, e ficou de trazer mais informações após reunião da organização que ele representava.

- c) Ednalva do SINTESE tem interesse de participar e discutirá o tema internamente com a diretoria do SINTESE.
- d) Representante do SINTUFS também afirmou que a diretoria avaliaria as condições pelas quais se farão presentes no III ENE.
- e) Daniel, representado o coletivo Afronte, também afirmou o interesse em participar.
- f) Sérgio, professor da rede estadual presente no evento, solicitou uma vaga para o MPA e uma para o MST, pois seria importante a participação desses movimentos devido a educação da alternância.
- g) Rannier do DALIGEO, Diretor Acadêmico Livre de Geografia da UFS, pediu também a participação no evento com uma vaga, caso haja ônibus.

Às 17 horas os trabalhos foram devidamente encerrados e foi oferecido aos participantes um café da tarde para a confraternização de todos.

Relatores:

Prof. Marcos Pedroso (ADUFS/GTPE)

Prof^a. Rosana de Oliveira Santos Batista (ADUFS/GTPE)

Prof^a. Silvana Bretas (ADUFS/GTPE)

Prof^a. Shiziele Shimada (ADUFS/GTPE)

Consolidação do Relatório:

Prof. Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS/GTPE)